

## **O ENVOLVIMENTO DE ATORES PRIVADOS E OS PROJETOS PARA REFORMA NO SETOR DE SEGURANÇA NO KOSOVO SOB OCUPAÇÃO**

### **PRIVATE ACTORS INVOLVEMENT AND SECURITY SECTOR REFORM PROJECTS IN KOSOVO UNDER OCCUPATION**

**Tomaz Oliveira Paoliello<sup>1</sup>**

Curso de Relações Internacionais

Programa de Pós-Graduação em Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

São Paulo – São Paulo - Brasil

**Victória Perino Rosa<sup>2</sup>**

Curso de Relações Internacionais

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

São Paulo – São Paulo - Brasil

**Resumo:** Duas décadas após a campanha da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no Kosovo, estudiosos de Relações Internacionais produziram uma série de análises sobre a presença internacional na região, especialmente com relação ao setor de segurança. A abordagem de pesquisa da maioria dos estudiosos da política no Kosovo tende a refletir as prioridades institucionais das agências internacionais envolvidas em esforços de reconstrução pós-conflito. No entanto, entre 1999 e 2008, um movimento em direção à privatização no Kosovo liderado pelas forças internacionais permaneceu amplamente negligenciado pela maior parte dos estudos. Este artigo discute as reformas operadas no setor da segurança no Kosovo junto ao crescimento de atores privados durante a Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo (UNMIK) e seus aliados. A mudança na lente analítica para o estudo da intervenção evidencia a relação próxima entre a reforma no setor de segurança e os processos de privatização em curso.

**Palavras-chave:** Reforma no Setor de Segurança (RSS). Empresas militares e de segurança privada (PMSC). Kosovo. Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo (UNMIK). Privatização.

**Abstract:** Two decades after the NATO campaign in Kosovo, International Relations scholars have produced a series of analyses concerning the international presence in the region, especially in regard to the security sector. Most of the scholars investigating the intervention in Kosovo focus on the institutional priorities of international agencies involved in post-conflict reconstruction efforts. However, a movement towards privatization in Kosovo led by international forces under way between 1999 and 2008 has been largely neglected by most studies. This paper discusses the security sector reform projects in Kosovo alongside the growth of private actors during the United Nations Interim Administration Mission in Kosovo (UNMIK) and its allies. The change in the analytical focus for

---

<sup>1</sup> tomazpaoliello@gmail.com

<sup>2</sup> vperinorosa@yahoo.com.br

studying the intervention highlights the close relationship between the security sector reform and ongoing privatization processes.

**Key-words:** Security Sector Reform (SSR). Private Military and Security Companies (PMSC). Kosovo. United Nations Interim Administration Mission in Kosovo (UNMIK). Privatization.

**Recebido:** 31/08/2019

**Aprovado:** 16/11/2019

## **Introdução**

Após os 78 dias de bombardeios da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na antiga Iugoslávia, em 25 de julho de 1999, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) levou a Guerra do Kosovo a um fim formal, através da Resolução 1244 sob Capítulo VII da Carta da ONU (ONU, 1999). A resolução autorizava a criação da Missão Interina para Administração do Kosovo (UNMIK), que reunia um conjunto de instituições internacionais em sua hierarquia para atuar nos projetos de construção da paz (*peacebuilding*) e de reconstrução pós-conflito (*statebuilding*) (HOLOHAN, 2016). Vinte anos após o encerramento do conflito, o caso do Kosovo é considerado um dos mais abrangentes projetos de *peacebuilding* e *statebuilding* (KNUDSEN, 2010, p. 10). A Resolução 1244, ainda em vigor, revestiu a UNMIK como a única responsável por todas as obrigações comumente cumpridas pelo governo nacional de um território, na medida em que todas as autoridades legislativas e executivas, incluindo a administração do sistema judiciário passaram a ser exercidas pelo Representante Especial do Secretário-Geral (ONU, 1999, p. 3). A Resolução também previa o estabelecimento de um arranjo de quatro pilares, nos quais a Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), União Europeia, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e, mais tarde, o Departamento de Operações de Paz da ONU (DPKO) recebiam funções específicas na hierarquia da UNMIK (ONU, 1999).

Desde a autorização da UNMIK, o que se observa no Kosovo é um processo de grandes transformações em marcha. Na medida em que os *statebuilders* envolvidos na ocupação consideram a região um problema de estabilidade e segurança, os projetos formulados para a construção da paz passam, desde 1999, pela transformação da arquitetura de segurança da região, que inclui todos os atores, os seus papéis, responsabilidades e ações (SCHWANDNER-SIEVERS 2013, p. 100; ABRAHAMSEN, 2016, p. 5). Estes projetos são

comumente articulados sob a ideia de Reforma no Setor de Segurança (RSS), que tem sido objeto de preocupação crescente em estudos no campo das Relações Internacionais e se refere a um conjunto de ações que têm como objetivo reformar e/ou fundar instituições relacionadas direta e indiretamente ao exercício da violência (EBO & POWELL, 2010, p. 47).

No caso do Kosovo, o aparecimento de análises que dizem respeito às transformações na arquitetura de segurança acompanha os fenômenos que se desenvolveram na sequência da intervenção da OTAN. Hoje, é possível encontrar um conjunto de leituras, dispersas em *policy papers*, jornais, livros, documentos oficiais, artigos, teses e dissertações que refletem as alterações em curso na região e nos fornecem boas pistas para iniciar uma investigação sobre governança da segurança. Ainda que seja possível reconhecer variações em abordagens, estas produções refletem o caráter multilateral e institucional da UNMIK desde 1999. Muitos dos autores que se dedicam a compreender a política na região tendem a elaborar análises com base naquilo que as instituições internacionais definem como suas funções e objetivos durante a intervenção (HEINEMANN-GRÜDER & GREBENSCHIKOV, 2006). A preocupação com as instituições não é descabida. Conforme Murphy (2005) argumenta, algumas instituições globais possuem grande capacidade de influência, na medida em que criam a maior parte dos espaços multilaterais nos quais regimes internacionais são negociados e oferecem, com frequência, secretariados responsáveis por pesquisas e atividades de monitoramento. Desta forma, as organizações internacionais fornecem um dos melhores locais para se iniciar uma investigação sobre governança global (MURPHY, 2005, p.137). Contudo, ao mesmo tempo em que esta perspectiva nos ajuda a compreender uma rede de atores envolvidos na governança dos territórios ocupados, a literatura sobre o Kosovo falha em sublinhar a importância que atores privados ganharam desde 1999.

Após a desintegração da Iugoslávia, profundas transformações econômicas caracterizaram os países pós-comunistas/socialistas, e o Kosovo não é uma exceção. A mesma Resolução que autorizava a criação da UNMIK sublinhava que o processo de paz e estabilização passava, necessariamente, pelo avanço imediato de instituições liberal-democráticas (ONU, 1999, p. 4). Para além dos esforços no sentido de transformar o setor de segurança, os atores envolvidos na ocupação não deixaram de investir em projetos para a transição da estrutura econômica, antes orientada ao modelo iugoslavo, para um modelo orientado ao mercado (RIINVEST, 2008). Além de um movimento massivo de privatização,

colocado em marcha por funcionários na hierarquia da UNMIK, no mesmo período houve grande afluxo de empresas transnacionais para a região e entre os atores privados que se destacaram por seu crescimento figura o setor da segurança privada.

As empresas militares e de segurança privada (PMSC, pela sigla em inglês) são um novo ator que tem despertado grande atenção nos debates na disciplina Relações Internacionais, especialmente após o crescimento expressivo do setor durante as ocupações lideradas pelos Estados Unidos no Iraque e no Afeganistão, constantemente referidas como as “primeiras guerras privatizadas”. A segurança como negócio foi uma das grandes forças responsáveis pela transformação dos campos de batalha contemporâneos. Hoje, as operações internacionais das forças armadas de grandes potências ocorrem amparadas por uma rede ampla de serviços terceirizados. Funções que vão desde a logística, passando pela manutenção de equipamentos, serviços de tradução, até funções consideradas centrais dos aparatos de defesa e segurança, como inteligência, mapeamento, treinamento de tropas e, em diversos casos, as próprias funções de combate.

De acordo com o foco institucional da literatura sobre a missão de paz em Kosovo, o papel das PMSC foi tradicionalmente compreendido em associação aos temas dos estudos tradicionais da segurança internacional, articulados aos interesses dos Estados envolvidos, principalmente em atividades de apoio e envolvimento em operações militares. De acordo com o que propõem Abrahamsen e Williams (2007), este artigo pretende explorar outra faceta da atuação das PMSC, relacionada à oferta diária de segurança ou proteção de “vida e bens”. Distante dos campos de batalha, nas atividades da vida cotidiana, a segurança privada ganhou marcada importância e, hoje, estas atividades representam parte significativa do crescimento do setor.

O objetivo deste artigo é explorar o papel das PMSC na estruturação de um mercado de proteção que serve como pré-condição para o estabelecimento de uma economia de mercado nos territórios ocupados. Finalmente cabe ressaltar que o intuito do presente artigo não é menosprezar a importância das desigualdades internacionais de poder ou a capacidade de definição da agenda internacional de segurança pelas instituições que representam os interesses das potências, mas sim revelar que essa dimensão está diretamente associada ao projeto de abertura de novos mercados constituídos como “bons ambientes de negócios”. Nesse sentido, compreender o crescimento do “mercado da força” junto ao crescimento de

outros atores privados permite enquadrar a expansão do setor como um produto e facilitador de um processo liberal mais amplo de globalização (ABRAHAMSEN & WILLIAMS, 2007).

### **1. O papel das PMSC na Reforma do Setor de Segurança no Kosovo sob Ocupação da UNMIK**

A Resolução 1244/1999, aprovada no Conselho de Segurança da ONU, que colocou um fim formal na Guerra do Kosovo, sublinhou o aspecto multilateral das missões para *peacebuilding* e *statebuilding* na região. Sob liderança da ONU, revestida na Missão Interina de Administração para o Kosovo (UNMIK), União Europeia; Organização para Segurança e Cooperação Europeia e outras organizações internacionais coordenaram esforços para formulação e implementação de projetos que enfatizavam a necessidade do avanço das instituições liberal-democráticas para a reconstrução e garantia da paz no Kosovo. Comumente articulados sob a ideia de RSS, estes projetos se referem a um conjunto de ações que têm como objetivo reformar e/ou fundar instituições relacionadas direta e indiretamente ao exercício da violência (EBO & POWELL, 2010, p. 47).

Na esteira desse processo, surge um corpo de produções formulado por analistas que mapeiam atores centrais nas transformações no setor de segurança no Kosovo desde 1999, período que marca a presença da UNMIK. O crescimento dessa literatura também coincide com a importância do tema para as instituições internacionais. Em 2008, o ex-secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, referiu-se à RSS como mais do que apenas um objetivo, mas uma obrigação, especialmente em países que estão se recuperando de conflitos (ONU, 2008). A adoção da Resolução 2151 em abril de 2014, a primeira sobre RSS da ONU, reafirmou o que já era amplamente aceito na comunidade internacional: a RSS como um pilar indivisível da agenda global de *peacebuilding* e *statebuilding* (SEDRA, 2016, p. 1).

A respeito deste aspecto, a literatura produzida sobre o caso em questão tem enfatizado o caráter multilateral da UNMIK e nos fornece a primeira pista para iniciar uma investigação sobre a transformação na governança da segurança no Kosovo durante a ocupação. Também é possível dizer que estas produções podem contribuir em estudos de casos distintos de transformação no setor de segurança de territórios ocupados, na medida em que fornecem elementos para o mapeamento de uma rede de atores articulados a nível global-local. Contudo, ao privilegiar a abordagem institucionalista, a literatura sobre o Kosovo falha

em sublinhar a importância que atores privados têm ganhado após o estabelecimento da UNMIK em 1999, lacuna que reflete, em alguma medida, a maneira pela qual a própria disciplina de Relações Internacionais tem estabelecido uma fronteira entre o mercado e o Estado. O objetivo dessa seção é introduzir o leitor às produções sobre RSS no Kosovo, para posteriormente oferecer uma contribuição que busca rearticular as relações entre atores públicos-privados na governança da segurança no Kosovo.

Pode-se dizer que o primeiro esforço daqueles que se dedicam à compreensão do caso reside na construção de um quadro temporal sobre o desenvolvimento da RSS a partir de mudanças consolidadas no âmbito da UNMIK. Trata-se de um enquadramento analítico que interpreta o processo histórico da intervenção a partir de uma perspectiva de avanço linear. Qehaja e Vrajolli (2012) e Gajić (2017), por exemplo, reconhecem a consolidação e expansão de instituições que governam a segurança na região como parte do avanço dos projetos para RSS (GAJIĆ, 2017, p. 8, QEHAJA & VRAJOLLI, 2012).

Para estes autores, o processo de RSS pode ser dividido em, ao menos, três etapas distintas. O primeiro período, situado entre 1999 e 2004, é marcado pela desmobilização e estabilização e é constantemente referido como uma etapa da construção do setor de segurança (*Security Sector Building*). No primeiro ano de missão, a Resolução 1244 autorizava a entrada de forças da OTAN na região e a liderança da Organização no processo de desmobilização e desmilitarização do Exército de Libertação do Kosovo (ELK). O projeto estabelecia a dissolução da força paramilitar e a reintegração de parte de seus ex-membros em recém-criadas forças de segurança, como o Serviço de Polícia do Kosovo (KPS, pela sigla em inglês) e o Corpo de Proteção do Kosovo (KPC, pela sigla em inglês), principais forças de segurança até 2008 (GAJIĆ, 2017, p. 8, QEHAJA & VRAJOLLI, 2012).

O segundo momento, entre 2004 e 2008, é marcado pela transferência gradual de competências no setor de segurança para grupos locais, situados em instituições provisórias de governo (GAJIĆ, 2017, p. 8, QEHAJA & VRAJOLLI, 2012). Em 2006, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou o Plano de Revisão do Setor de Segurança Interno (ISSR, pela sigla em inglês), que marca a primeira revisão da arquitetura de segurança da região (WELCH et al., 2006). A proposta do ISSR partiu de um general britânico que testemunhou o envolvimento da Equipe Consultiva de Desenvolvimento do Setor de Segurança do Reino Unido nos projetos de RSS de Serra Leoa. Søren Jessen-

Petersen, Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para o Kosovo, endossou a proposta, argumentando a necessidade da revisão no setor de segurança antes das negociações finais sobre o *status* do Kosovo (WELCH, 2014). As transformações previstas no ISSR em 2006 tomaram forma rapidamente. Cabe sublinhar o caso da Escola de Serviço da Polícia criada em 1999, que foi transformada no Centro de Segurança Pública, Educação e Desenvolvimento do Kosovo, com um mandato amplo para educação na área da segurança pública e passou a oferecer treinamentos para serviço alfandegário, controle de fronteiras, corpo de bombeiros e serviço prisional (OSCE, 2005). Esse período também marca a intensificação em conversas sobre o futuro *status* do Kosovo.

Em 2007, após publicação do Plano Ahtisaari, com diretrizes para a consolidação da independência kosovar, novas transformações na governança de segurança foram operadas e, em 2008, tem lugar a declaração unilateral de independência da Sérvia (ONU, 2007). Estas mudanças marcam o início da terceira fase, definida por analistas como o período de construção do Estado, sob a coordenação de um Gabinete Civil Internacional, com mandatos da União Europeia e Estados Unidos até 2012 (GAJIĆ, 2017, p. 8, QEHAJA & VRAJOLLI, 2012). Sob a nova Constituição, no setor da segurança desenhava-se a criação do departamento de justiça e inteligência, do setor de emergência civil e de instituições de controle de fronteiras sob o comando das autoridades do Kosovo. Cria-se também, pela primeira vez, um serviço oficial de inteligência, a Agência de Informações e Serviços de Segurança (GAJIĆ, 2017, p. 8, QEHAJA & VRAJOLLI, 2012).

No que tange ao KPC, força de segurança criada em 1999 sob os moldes da OTAN, a nova Constituição determinou sua dissolução e substituição pela Força de Segurança do Kosovo (KSF), em um processo que teve lugar entre 2008 e 2009 e expandia as funções exercidas até então. Atualmente, dentre suas atribuições, pode-se falar da condução de operações de resposta a situações de crise no Kosovo e no exterior, operações de proteção civil e assistência às autoridades civis em casos de catástrofes naturais e outras emergências (KESSELRING, 2009). Cabe sublinhar que os veteranos de grupos paramilitares da campanha da independência em 1999 foram absorvidos na nova força, que ainda opera sob a supervisão da OTAN. Desse modo, no cerne dos debates sobre a transformação do KPC na KSF está o argumento de que esta força ainda representa o ELK, que reflete a importância do

processo de reincorporação de seus membros em novas forças de segurança no momento pós-conflito.

Pode-se dizer que teve lugar no Kosovo um processo similar ao que se observa em outros cenários pós-conflito: ao mesmo tempo em que membros das forças paramilitares que participaram no conflito foram absorvidos em novas estruturas de segurança, a elite de alguns destes grupos passou às estruturas-chaves do governo. No caso do Kosovo, nos acordos negociados no pós-conflito entre o ELK e a OTAN, previa-se que o próprio grupo deveria indicar membros para participar nas novas estruturas de administração do governo. É o caso, dentre outros, do presidente kosovar Hashim Thaçi, que exerceu a função de Diretor Político do ELK durante a Guerra do Kosovo. Além de Thaçi, o ex-primeiro ministro kosovar Ramush Haradinaj também fez parte do grupo (DELAUNEY, 2016). Nessa fase, a maioria das competências para gestão do KPS foi entregue às autoridades locais e foram criados os Ministérios do Interior e o de Justiça, bem como as primeiras comissões parlamentares responsáveis por supervisionar as instituições de segurança emergentes (GAJIĆ, 2017, p. 8, QEHAJA & VRAJOLLI, 2012).

Conforme apresentado, o conjunto de analistas que refletem as transformações na região tende a enfatizar reformas operadas no âmbito da UNMIK e a construção do setor da segurança é constantemente considerada como sinônimo da constituição de autoridades públicas. Atores privados, nesse sentido, são pouco reconhecidos como partes essenciais na governança da segurança, lacuna que vai além dos estudos sobre o caso do Kosovo. Nos últimos anos, as pesquisas sobre governança global começaram a superar essas limitações e buscam demonstrar como a governança da segurança articula uma rede mais ampla de relações público-privado a nível local-global (ABRAHAMSEN & WILLIAMS, 2007). Assim, esta literatura tem chamado atenção para a influência cada vez maior de atores privados na criação de arranjos institucionais que estruturam e direcionam o comportamento dos atores em áreas temáticas específicas e, portanto, que a governança não pode ser associada exclusivamente ao Estado e a instituições internacionais (ABRAHAMSEN & WILLIAMS, 2007).

O esforço da próxima seção é oferecer a apresentação de um corpo de produções que, analisados em conjunto, fornecem um caminho para compreender a rearticulação entre atores públicos-privados na governança da segurança no Kosovo. A investigação do caso em

questão ilustra como mercado e Estado atuam em uma relação complementar. O crescimento e a consolidação de um mercado de proteção, que diz respeito à chegada das PMSC, tem sido parte fundamental para outras reformas operadas no âmbito da UNMIK. Analistas têm argumentado que a ampliação da segurança privada impacta de maneira negativa a consolidação de forças de segurança pública, na medida em que o setor passa a moldar o entendimento de segurança de seus clientes, que demandam os serviços das PMSC com maior frequência (LEANDER, 2005, p. 618). Contudo, conforme argumentam Abrahamsen e Williams (2009), o que está em jogo na "privatização de segurança" é muito mais do que uma simples transferência de funções públicas anteriormente para atores privados. Esse processo indica desenvolvimentos importantes na relação entre autoridades políticas e operações do capital global (ABRAHAMSEN & WILLIAMS, 2009).

## **2. Mercados de proteção e a proteção dos mercados: a importância do setor de segurança para a construção da economia de mercado no Kosovo**

Nos estudos sobre o período que sucede a ocupação no Kosovo, as reformas econômicas, planejadas, preparadas e implementadas sob a liderança da UNMIK, ainda são um campo pouco explorado entre analistas da disciplina de Relações Internacionais. Em discussões propostas no campo da Economia, há uma literatura ainda introdutória e que, a partir de documentos oficiais, busca construir um quadro geral sobre o crescimento de uma rede de atores privados na região desde 1999 (UBERTI et al., 2014, p. 1). Através desse corpo de produções, é possível inferir que com o início da UNMIK, tem lugar um enorme movimento de reformas, marcado pela privatização massiva no Kosovo (KNUDSEN, 2010, p. 10).

A resolução 1244 de 1999 já esboçava o papel que instituições internacionais teriam na reconstrução econômica da região afetada pela crise, com especial atenção à União Europeia (ONU, 1999). Desde a autorização da UNMIK, funcionários de instituições internacionais deixaram claro que a privatização das grandes empresas seria a principal estratégia econômica de *statebuilding* e os debates nesse período se concentraram na legalidade das privatizações, os tipos de empresas sujeitas à privatização, o método de privatização e ramificações políticas e de segurança. Em 13 de junho de 2002, a UNMIK autorizava a criação da *Kosovo Trust Agency* (KTA), primeiro organismo responsável pela supervisão dos processos de privatização na região. Conforme os termos do regulamento, a

KTA estava revestida de “plena personalidade jurídica e, em particular, a capacidade de firmar contratos, adquirir, manter e dispor de propriedade” (ONU, 2002). O principal objetivo da KTA era privatizar as *Socially Owned Enterprises* (SOEs) através de métodos de *spin-off*, processo que envolve a criação de subsidiárias. Entre julho e setembro de 2002, primeiros meses após sua criação, mais de 200 propostas foram recebidas para 24 SOEs à venda. As propostas totais atingiram a cifra de 150.000.000 Euros (ZOGJANI & MARKU, 2017).

Além do método de privatização de SOEs, no mesmo período houve grande afluxo de empresas transnacionais para a região e dentre os atores privados que se destacaram por seu crescimento figura o setor da segurança privada (EMINI & VRAJOLLI, 2017). O envolvimento das PMSC após a intervenção não foi um fenômeno específico do Kosovo. Em termos de análises sobre os conflitos contemporâneos, há uma vasta bibliografia que trata do crescimento no número e nas ações destas empresas na década de 1990. Todas as grandes operações militares lideradas pelos Estados Unidos no período pós-Guerra Fria, seja no Golfo Pérsico, no Haiti ou na Bósnia, envolveram de maneira significativa as PMSC (SINGER, 2001). Dessa forma, trata-se de um exemplo de conflito contemporâneo que abriu espaço para que uma série de empresas explorasse o novo e lucrativo mercado da força (AVANT, 2005).

Antes da intervenção no Kosovo em 1999, já se registrava a participação destas empresas a nível regional (NIMKAR, 2009; DIU, 2012). Em 1994, o Pentágono conduziu um contrato entre a *Military Professional Resources Inc.* (MPRI) e o Ministério da Defesa da Croácia para a reforma do departamento de defesa do país. Apesar de oficiais da MPRI negarem envolvimento na Operação *Storm*, ofensiva croata contra os sérvios, apenas uma semana antes dos confrontos o CEO da empresa, antigo General norte-americano, visitou o Ministério croata pelo menos dez vezes (NIMKAR, 2009). Após a Guerra da Bósnia, chama atenção o envolvimento da *Dyncorp* durante a Missão das Nações Unidas na Bósnia e Herzegovina (UNMIBH, pela sigla em inglês) (LILLY, 2000). Após uma investigação feita por Kathryn Balkovac, ex-chefe do projeto do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) contra violência à mulher, funcionários da *Dyncorp* foram identificados como integrantes de um esquema internacional para tráfico de mulheres na região (DIU, 2012).

Pode-se dizer que, nos primeiros anos da UNMIK, funcionários da OTAN já esboçavam preocupação com o crescimento do setor e a possibilidade de ex-membros do ELK, força paramilitar de maioria albanesa, utilizarem a segurança privada como um trampolim para suas ações. Em janeiro de 2000, pouco tempo após o início da ocupação, o Secretário-Geral da UNMIK aprovou a primeira forma de regulamentação para o setor na região, o “Licenciamento dos Prestadores de Serviços de Segurança no Kosovo e o Regulamento dos seus Trabalhadores”, considerado um marco para o desenvolvimento do setor de segurança privada no país (ONU, 2002). O documento, ainda que bastante incipiente, formulou as bases para a criação de um mercado da segurança na região (QEHAJA; VRAJOLLI & PËTERSCHI, 2009, p. 14).

Dividido em oito seções, o regulamento descreve o processo de obtenção de licenças para fornecimento de serviços, regras para emprego de funcionários e uso de armamento. No que tange à obtenção de licenças, era requisito para qualquer empresa que oferecesse serviços de segurança no Kosovo obter aprovação da UNMIK, por meio da Divisão de Serviço de Segurança, responsável não apenas pela supervisão das empresas de segurança privada, mas também ela própria pelo fornecimento de serviços por meio de seus 580 guardas que usavam uniformes semelhantes aos da força policial. O departamento funcionava sob a supervisão do Serviço de Polícia do Kosovo. Além da licença para operação, o documento indica que a empresa deveria registrar a si mesma e seus funcionários junto ao comissariado de polícia, bem como obter uma permissão para cada funcionário. O comissariado se reservava o direito de conduzir uma investigação dos antecedentes de cada empregado, que poderia incluir uma busca pelos antecedentes criminais. Ficava estabelecido, dessa forma, que “o comissariado deve conceder a licença e registrar os empregadores que, em sua opinião, possuem o *background* necessário e a experiência para prover serviços de segurança” (QEHAJA; VRAJOLLI & PËTERSCHI, 2009, p. 15). Por fim, o regulamento 2000/33 proibia o porte de armas para os funcionários das empresas privadas de segurança locais. Somente PMSC internacionais tinham permissão para portar e transportar armas (QEHAJA; VRAJOLLI & PËTERSCHI, 2009, p. 14).

Em 17 de fevereiro de 2008, o Parlamento kosovar declara independência unilateral da Sérvia e uma nova Constituição é estabelecida (REPUBLIC OF KOSOVO, 2008a). No momento que sucede a independência, o setor das empresas privadas de segurança ganha a

primeira regulação nos marcos do governo de Pristina. Trata-se da “Lei para Serviços de Segurança Privada no Kosovo”. O documento, aprovado em 2011, define as companhias como “entidades legais licenciadas pela Divisão de Empresas de Segurança Privada (DPSC, pela sigla em Inglês)”, órgão competente para serviços de segurança privada no Kosovo. Com a nova lei, apareceram novos requisitos, necessários para que uma empresa pudesse ofertar serviços relativos à segurança no Kosovo e limites das competências, que estabeleciam distinções entre o setor e o mandato da Polícia do Kosovo. A lei previa a concessão de licenças para serviços básicos, de proteção individual, de transporte, de vigilância de propriedade e de segurança de reuniões públicas (REPUBLIC OF KOSOVO, 2011). Desde a aprovação do regulamento, o setor cresceu ano a ano. Em janeiro de 2009, dados oficiais mostravam que havia 48 empresas registradas, dos quais 44 tinham sua sede no Kosovo e outras quatro eram multinacionais (QEHAJA; VRAJOLLI & PËTERSCHI, 2009, p. 11). No mesmo ano, estimava-se que havia entre 4.000 e 4.500 pessoas trabalhando no mercado da segurança privada (QEHAJA; VRAJOLLI & PËTERSCHI, 2009, p. 12). Já em 2017, contabilizavam-se aproximadamente 6.000 pessoas trabalhando no setor – quase o mesmo número de pessoas que serviam na Polícia Kosovar, com aproximadamente 8.000 oficiais (KOSOVO POLICE SERVICE, 2018, p. 6).

Dentre as empresas que se destacam, cabe citar o exemplo da *Omega Risks Solutions*, *joint venture* do grupo norte-americano Torres, que desde 2003 é responsável pelo fornecimento de guardas em Camp Bondsteel, principal base militar do exército dos Estados Unidos no Kosovo e uma das maiores bases norte-americanas na Europa (REKA, 2019). A base serve também como sede da OTAN e de parte de suas tropas para a região. De acordo com informações fornecidas pela empresa, os funcionários que atuam na base são responsáveis pelo controle de acesso às instalações, pela condução de patrulhas, monitoramento e salvaguarda das instalações. Para servir no posto, é requerido que o funcionário tenha ao menos dois anos de experiência com Forças Armadas, polícia civil ou segurança comercial (TORRES, 2019). A lista de clientes da empresa é bastante variada e inclui governos, tal como o do Brasil. Na relação, há também organizações humanitárias, como a Cruz Vermelha, e empresas privadas de outros setores, dentre as quais constam Pepsi, Citibank, Nike, Cargill e Shell.

Também chama atenção o caso da *Siras Academy*, empresa que tem ganhado espaço para atuação no Kosovo nos últimos anos. Ambos o CEO e o presidente da empresa fizeram parte das tropas lideradas pela OTAN em 1999, a Força do Kosovo (KFOR, pela sigla em inglês). Após a participação no conflito, fundaram a empresa prestadora de serviços de segurança na Dinamarca (SIRAS, 2018). Conforme argumenta Anna Leander (2005), é um traço comum no setor a atuação de pessoal treinado e egresso de forças armadas estatais (LEANDER, 2005, p. 608).

O crescimento das PMSC é um fenômeno relevante *per se*, destacando-se a importância do desenvolvimento de "mercados de segurança" como um novo setor de exploração econômica. Contudo, é fundamental considerar a importância que o crescimento de outros atores privados representou para o avanço das PMSC na região. Muitas das corporações que passam a transferir suas filiais para territórios em processos de pós-conflito buscam os serviços oferecidos pelas PMSC como forma de garantir a proteção da propriedade, a circulação e escoamento de mercadorias, e eventualmente para controle da concorrência e monopólio sobre a produção. Conforme mencionado anteriormente, a lista de clientes das PMSC no país é bastante extensa. Dentre os principais clientes constam embaixadas, agências governamentais, ONGs, bancos, empresas de telecomunicações, mineração e geradoras de energia.

A EULEX (Missão para Estado de Direito da União Europeia), em vigor desde 2008, por exemplo, tem utilizado PMSC para proteger suas instalações. Em outubro de 2010, funcionários da missão concederam um contrato no valor de 2.350.000,00 de euros para uma empresa do grupo *Henderson Risk Limited*, a *Henderson Asset Protection*. A *Balkan International*, com sede no Kosovo, também foi responsável pela guarda da EULEX (KRAHMANN & FRIESENDORF, 2011, p. 13).

Também é possível dizer que, com um movimento em direção ao estabelecimento de uma economia baseada na propriedade privada, a sua proteção – que está no cerne da função das PMSC – passa a incluir cada vez mais a manutenção da ordem pública, questão considerada, em certa medida, prerrogativa exclusiva da polícia (SHEARING & STENNING, 1983, p. 497). Desde a aprovação da lei que regulamenta as PMSC em 2011, dentre os serviços listados ofertados pelo setor, a demanda tem aumentado para a vigilância e proteção individual (EMINI & VRAJOLLI, 2015). Não há um banco de dados contendo um

registro centralizado do número de câmeras instaladas pelas empresas de segurança privada e tipos de clientela. No entanto, de acordo com as duas maiores PMSC do Kosovo que prestam esse tipo de serviço, somente em Pristina, mais de 8.000 câmeras foram instaladas, número muito maior que a quantidade de câmeras públicas (EMINI & VRAJOLLI, 2016). Assim, a ampliação do setor da segurança privada deve ser analisada à luz de uma transformação mais ampla, que diz respeito à emergência de novos setores econômicos e mercados emergentes na região.

A partir da nova Constituição, em 2008 o Secretariado-Geral da UNMIK também encerrou o mandato da KTA e transferiu suas responsabilidades para a Agência de Privatização do Kosovo (PAK, pela sigla em inglês), que opera sob as autoridades locais desde então. Com a aprovação da Lei sobre a Agência de Privatização do Kosovo, em vigor desde 15 de Junho de 2008, a proposta era que o novo organismo funcionasse como sucessor da KTA e tal como o mandato da agência antecessora, a resolução que aprovou a criação da PAK estabeleceu que o órgão “deve possuir personalidade jurídica e em particular a capacidade de entrar em contratos, adquirir, manter e dispor de propriedade” (REPUBLIC OF KOSOVO, 2008b). Até 2011, estimava-se que a PAK havia conduzido o processo de privatização de mais de 1200 SOEs e dezenas de antigas empresas públicas. Cerca de 700 milhões de euros foram obtidos nas operações (KRASNIQI-VESELI, 2011).

Desde a criação da PAK, o setor energético tem sido o foco de disputa de diversos atores privados (GLPS & BIRN, 2016). De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Econômico, estima-se que as bacias do Kosovo, Dukagjini e Drenica possuam 12 bilhões de toneladas de lignite, mineral utilizado para geração de energia a gás (MED, 2017, p. 18). No setor, destacam-se casos em que SOEs foram vendidas para companhias e fundos internacionais (ZOGJANI & MARKU, 2017). O primeiro deles refere-se à fábrica de minério Ferronikeli, uma das principais exportadoras do Kosovo, que consta na lista de empresas privatizadas pela PAK (PAK, 2010). A empresa, localizada em Drenas/Glogoc, município próximo a Pristina, foi comprada por cerca de 30 milhões de euros pela britânica Alferon Management Limited. O grupo é um dos maiores no ramo da mineração e também adquiriu muitas operações de mineração em países como Cazaquistão, Zâmbia, República Democrática do Congo, Indonésia e Rússia. Na época em que a operação de venda estava em curso, foram registradas manifestações de trabalhadores da empresa, em razão do baixo preço

da venda para a multinacional. Com base em um relatório anual produzido em 2009 pela PAK, em 1984, a empresa contava com cerca de 2.000 funcionários e exportou aproximadamente 6.800 toneladas de níquel. Em 2017, após a venda da companhia, havia 850 funcionários operando na empresa (ZOGJANI & MARKU, 2017).

Também chama atenção o processo de venda da KEDS (Kosovo Electricity Distribution and Supply Company), responsável pela distribuição de energia no Kosovo (SHEHU & LOKUL, 2016). Em outubro de 2012, o Ministério do Desenvolvimento Econômico assinou um acordo com a Çalik-Limak para início das operações da *holding* na região. Em 2010, o grupo também havia conquistado a concessão do Aeroporto Internacional de Pristina (MARZOUK, 2011). A KEDS foi vendida por 26,3 milhões de euros (MED, 2012). A compradora, Çalik Holding, teve sua origem na Turquia na década de 1980 e atua nos setores de energia, construção, mineração, têxtil, finanças e telecomunicações. No início dos anos 2000, período em que o grupo registrou enorme crescimento, a holding adquiriu o Banka Kombetare Tregtare, que opera na Albânia e no Kosovo e a ALBtelecom, a mais antiga operadora de telefonia fixa e provedora de internet da Albânia. Em 2013, a Çalik Holding também concluiu a construção de uma usina de energia no Iraque (ÇALIK, 2013). Entre os altos representantes da transnacional, não faltam exemplos de funcionários que se dividem entre a empresa e postos de governo ao redor do mundo. O presidente da empresa, Ahmet Çalik, foi ministro de governo do Turcomenistão durante o mandato de Saparmurat Niyazov (CAMERON-MOORE, 2010). Entre 2007 e 2013, período em que a venda da KEDS no Kosovo foi negociada, o CEO da empresa era Berat Albayrak, atual ministro das finanças e do tesouro na Turquia e genro de Recep Tayyip Erdoğan (BAR'EL, 2018).

O setor energético, contudo, foi apenas um dos alvos deste processo. Hoje, é possível encontrar uma extensa literatura relativa às transformações na organização da economia no Kosovo (ZOGJANI & MARKU, 2017). O avanço das atividades de grandes empresas transnacionais em diferentes setores da economia foi viabilizado pela prestação de uma ampla gama de serviços de segurança, seja pelas novas forças de segurança pública, seja pelas recém-estabelecidas empresas. O atual panorama da segurança no Kosovo permite perceber a profundidade do papel que as empresas de segurança privada desempenham no país.

A construção de uma arquitetura de governança da segurança plural apresenta seu duplo viés. Abre uma nova área de exploração econômica, o setor dos serviços de segurança, e garante que os interesses econômicos internacionais transportados durante a ocupação se manterão no longo prazo em território kosovar. Nos marcos da paz liberal, a segurança é articulada ao desenvolvimento econômico. A construção de uma economia baseada na propriedade privada estabelece uma demanda pela garantia da segurança da propriedade e do investimento. Embora separados por fronteiras disciplinares e epistemológicas, os processos de RSS e de reformas econômicas são concomitantes e interdependentes. Apesar de terem sido geralmente apartados pelas análises sobre a missão de paz no Kosovo, são pontos centrais para os *statebuilders* que formularam a RSS (KINSEY, 2006, p. 52).

### **Considerações Finais**

Pouco mais de uma década depois da declaração pela independência, Kosovo ainda não possui um exército regular. Em 14 de dezembro de 2018, o parlamento kosovar aprovou três projetos criando a base legal para a institucionalização de uma força nacional. Não se trata de um tema novo. Desde 1999, a construção do Corpo de Proteção Kosovar e da Força de Segurança do Kosovo, sob a liderança da OTAN, foi acompanhada de debates sobre como e quando o Kosovo estabelecerá seu próprio exército. Qualquer movimentação neste sentido impacta diretamente os projetos das organizações internacionais para a região, e tem sido esse o principal foco de analistas internacionais. Contudo, mais importante é sublinhar que o tema também é influenciado e disputado por um conjunto de atores menos visíveis, que compõe o complexo panorama da governança da segurança no país.

As análises mais recentes, bem como a literatura produzida até o momento sobre a RSS no Kosovo, destacam o caráter multilateral da UNMIK. Conforme observado anteriormente, trata-se de uma contribuição importante, na medida em que fornece pistas fundamentais para iniciar uma investigação sobre governança e transformação no setor da segurança a partir de 1999. Entretanto, a abordagem eminentemente institucionalista destas análises falha em identificar e enfatizar o caráter dos organismos que construíram a intervenção internacional e desenharam o projeto de *statebuilding* no Kosovo como veículos fundamentais para a difusão dos interesses de grupos associados ao capital transnacional. Ao final do conflito, a principal estratégia adotada pelos *statebuilders* concentrava-se na venda

de SOEs para a iniciativa privada (KNUDSEN, 2013). Conforme demonstrado na segunda parte do artigo, o movimento de entrada das instituições multilaterais ocorreu concomitantemente à chegada de atores privados e do capital transnacional. À medida que essas instituições avançavam, a presença do investimento de corporações transnacionais também aumentava na região. Desde 1999, mais de 500 SOEs passaram à iniciativa privada (RIINVEST, 2008).

Em 2008, com a declaração de independência unilateral e a transferência de algumas das competências da UNMIK para o governo em Pristina, o mandato da KTA, agência responsável pelos processos de privatização, foi encerrado e a responsabilidade por esse processo ficou a cargo da PAK (*Privatization Agency of Kosovo*). Considerada pela literatura como uma agência com maior grau de institucionalização, a PAK deu sequência à venda das SOEs e, nesse sentido, ajudou a amplificar o processo em curso (KNUDSEN, 2010, p. 55). A continuidade do projeto permite constatar que os interesses representados pela intervenção internacional se consolidam no longo prazo, demonstrando a permanência do projeto de reconstrução do país. Através da estratégia empreendida para privatização de empresas estatais, pode-se dizer que ocorre no Kosovo após 1999 uma transição de economia organizada conforme o modelo iugoslavo, para a expansão de uma economia de mercado baseada na instituição e expansão da propriedade privada. Para tal, a presença das PMSC na região tem sido essencial na manutenção desse modelo.

No mesmo passo em que avançou o projeto de privatização das antigas empresas estatais e de abertura do mercado kosovar, avançou também a construção de um setor da segurança plural, que inclui novos atores públicos e privados, locais e transnacionais. Assim como para os demais setores da economia, também para a segurança é possível identificar a transição de competências centradas no Estado para as empresas privadas. É comum que estudiosos sobre a política no Kosovo atribuam o crescimento das empresas privadas de segurança à demanda com a chegada das instituições internacionais na região (QEHAJA & VRAJOLLI, 2012). De fato, o aumento de PMSC registrado em 1999 guarda profunda relação com a demanda trazida pelas instituições e pelo processo de reconstrução em curso. Contudo, a literatura falha em sublinhar que este fenômeno não diz respeito apenas ao Kosovo. A década de 1990 foi um momento de expansão, no mundo todo, desse setor. Nesse sentido, o crescimento registrado após 1999 faz parte de uma dinâmica que estava em curso

em diversos outros países (HOLMQVIST, 2005). Conforme observam Abrahamsen e Williams (2006), a identificação de instituições tais como a polícia e o exército como ineficientes ou como fontes de insegurança justifica a emergência da iniciativa privada como forma de garantia da segurança (ABRAHAMSEN & WILLIAMS, 2006).

Em muitos países, a transformação do setor da segurança centrado no Estado para um modelo "compartilhado" com o setor privado foi impulsionada pela liberalização econômica e cortes com os setores da burocracia estatal (ABRAHAMSEN & WILLIAMS, 2006). No caso do Kosovo, o processo de reforma ocorre "de fora para dentro", operado por um conjunto de instituições internacionais que redesenham o setor de segurança. Com as novas formas de regulamentação para o setor da segurança privada, aparecem novas regras para seu funcionamento, muitas das quais operam como uma forma de controlar o nível de concorrência. O papel das forças internacionais na RSS é visível em seus resultados. Muitos dos requisitos que apareceram com as regulamentações são viáveis apenas para as empresas com maior poder, que geralmente fazem parte de grupos ligados ao capital transnacional.

Seja como um novo setor para exploração econômica, ou como sustentação para o desenvolvimento econômico de outros setores emergentes, a segurança privada passa a ser uma área estratégica nos grandes processos de *statebuilding*. O nexo segurança-desenvolvimento, difundido por um conjunto de agências internacionais, carrega consigo uma ideia de desenvolvimento econômico baseado na propriedade privada, que deverá ser respeitada e protegida, na abertura e exploração de novos mercados, que significam renovadas oportunidades ao capital transnacional. O setor de segurança oferece, então, uma dupla promessa: a proteção da propriedade associada a uma grande possibilidade de lucros.

## Referências

ABRAHAMSON, F. (2000) **The Crisis in Kosovo**, publicado em hrw.com [<https://www.hrw.org/legacy/reports/2000/nato/Natbm200-01.htm>]. Disponibilidade: 11/07/2019.

ABRAHAMSEN, Rita. (2016) Exporting Decentred Security Governance: The Tensions of Security Sector Reform. **Global Crime**, 17 (3-4): 181-295.

ABRAHAMSEN, Rita; WILLIAMS, Michael. (2006) Security Sector Reform: Bringing the Private In. **Conflict, Security & Development**, 6 (1): 1-23

\_\_\_\_\_. (2007) *Securing the City: Private Security Companies and Non-State Authority in Global Governance*. **International Relations**, 21 (2): 237-253

\_\_\_\_\_. (2009) *Security Beyond the State: Global Security Assemblages in International Politics*. **International Political Sociology**, 3 (1): 1–17

AVANT, Deborah. (2005) **The Market for Force: The Consequences of Privatizing Security**. Cambridge: University Press.

BAR'EL, Zvi. (2018) **Turkey's National Purse Just Became Erdogan's Family Affair**, publicado em Haaretz.com [<https://www.haaretz.com/middle-east-news/turkey/.premium-turkey-s-national-purse-just-became-erdogan-s-family-affair-1.6272752>]. Disponibilidade: 13/07/2019.

BLERIM, Reka. (2019) *A new military build-up in the Balkans*, publicado em emergingeurope.com [<https://emerging-europe.com/voices/a-new-military-build-up-in-the-balkans/>]. Disponibilidade: 21/07/2019.

ÇALIK. (2011) **Çalik Signs on to Iraqs Electricity**, publicado em çalikenerji.com [<http://www.calik.com/en/news/2011/05/11/caliksigns-on-to-iraqs-electricity>]. Disponibilidade: 21/07/2019.

\_\_\_\_\_. (2013) **Iraq's Largest Power Plant by Çalik Enerji**, publicado em çalikerneji.com [<http://eng.calikenerji.com/Pages/NewsDetail.aspx?ID=20>]. Disponibilidade: 21/07/2019.

CAMERON-MOORE, Simon. (2010) **Anatolian Tigers go Where Turkey's Diplomacy Leads**, publicado em reuters.com [<https://uk.reuters.com/article/uk-turkey-tigers/anatolian-tigers-go-where-turkeys-diplomacy-leads-idUKTRE66C2RP20100713>]. Disponibilidade: 21/07/2019.

DELAUNEY, Guy. (2016) **Kosovo's Hashim Thaci: From Guerrilla Leader to President**, publicado em bbc.com [<https://www.bbc.com/news/world-europe-35984823>]. Disponibilidade: 19/01/2019.

DIU, Nisha (2012). **What the UN Doesn't You to Know**, publicado em telegraph.co.uk [<https://www.telegraph.co.uk/culture/film/9041974/What-the-UN-Doesnt-Want-You-to-Know.html>]. Disponibilidade: 22/07/2017.

DUFFIELD, Mark., Ed. (2014) **Global Governance and the New Wars: The Merging of Development and Security**. Londres: Zed Books Ltd.

EBO, Adedeji; POWELL, Kristiana. (2010) *Why is SSR Important? A United Nations Perspective*. In SEDRA, Mark. **The Future of The Security Sector Reform**. Ontário: The Centre for International Governance Innovation.

EMINI, Donika; VRAJOLI, Mentor. (2015) Kosovo. *In* KLOPFER, Franziska & VAN AMSTEL, Nelleke (eds). **A Force for Good? Mapping the Private Security Landscape in Southeast Europe**. Belgrado/Geneva: Centre for the Democratic Control of Armed Forces.

\_\_\_\_\_. (2016) Cooperation between Private Security Companies and the Kosovo Police – Opportunities and Limitation. *In* KLOPFER, Franziska & VAN AMSTEL, Nelleke (eds). **Private Security in Practice: Case studies from Southeast Europe**. Belgrado/Geneva: Centre for the Democratic Control of Armed Forces.

\_\_\_\_\_. (2017) **Development of the Private Security Sector in Kosovo: Control and Oversight of the Private Security Industry**. Pristina: Private Security Research Collaboration Southeast Europe.

GAJIĆ, Sonja. (2017) Capacity Building for Security Sector Reform in Kosovo. **EU-CIVCAP Working Paper**, 2 (17): 1-41.

GLPS; BIRN (2016) **The Privatization Process in Kosovo: an Assessment of the main Challenges and Deficiencies of Kosovo's Privatization Process**. Pristina: Group for Legal and Political Studies and Balkan Investigative Reporting Network.

HEINEMANN-GRÜDER, Andreas; GREBENSCHIKOV, Igor. (2006) Security governance by internationals: The case of Kosovo. **International Peacekeeping**, 13 (1): 43-59.

HOLOHAN, Anne. (2016) Peacebuilding and SSR in Kosovo: an Interactionist Perspective. **Global Crime**, 17 (3-4): 331-351.

HOLMQVIST, Caroline. (2005) **Private Security Companies: The Case for Regulation**. Stocolmo: SIPRI.

KESSELRING, Agilolf. (2009) The Formation and Role of the Kosovo Security Force. **National Defence University**, 4 (35): 1-19.

KINSEY, Christopher. (2006) **Corporate Soldiers and International Security: The Rise of Private Military Companies**. Abingdon: Routledge.

KNUDSEN, Rita. (2010) **Privatization in Kosovo: International Project 1999-2008**. Noruega: Norwegian Institute of International Affairs.

\_\_\_\_\_. (2013) Privatization in Kosovo: 'Liberal Peace in Practice'. **Journal of Intervention and Statebuilding**, 7 (3): 287-307

KRAHMANN, Elke; Cornelius, FRIESENDORF. (2011) **The Role of Private Security Companies (PSCs) in CSDP Missions and Operations**. Belgium: European Parliament.

KRASNIQI-VESELI, L. (2011) **The failure of privatizing social enterprises**, publicado em Radiofreeeurope.com [https://www.evropaelire.org/a/28279935.html]. Disponibilidade: 22/07/2019.

KOSOVO POLICE SERVICE. (2018) **Anual Report 2018**, publicado em kosovopolice.com [http://www.kosovopolice.com/repository/docs/RAPORTI\_VJETOR\_ANG LISHT.pdf]. Disponibilidade: 27/08/2019.

LEANDER, Anna. (2005) The Market for Force and Public Security: The Destabilizing Consequences of Private Military Companies. **Journal of Peace Research**, 42 (5): 605-622.

LILLY, Damian. (2000) The Privatization of Peacekeeping: Prospects and Realities. **Disarmament Forum**, (3): 53-62.

MARZOUK, Lawrence. (2011) **Consortium Takes Over Kosovo's Airport**. Publicado em BalkanInsight.com [https://balkaninsight.com/2011/04/12/consortium-takes-over-kosovo-s-airport/]. Disponibilidade: 21/07/2019.

MED. (2012) **KEDS Privatization: an Important Step for Kosovo's Energy Future**, publicado em: [http://mzhe-ks.net/en/news/keds-privatization-an-important-step-for-kosovos-energy-future-#.Wh9ZGbanGM9]. Disponibilidade: 18/07/2019.

MED (2017) Energy Strategy of the Republic of Kosovo 2017 - 2026, publicado em: [http://mzhe-ks.net/repository/docs/Kosovo\_Energy\_Strategy.pdf]. Disponibilidade: 18/07/2019.

MURPHY, Craig. (2005) **Global Institutions, Development and Marginalization**. New York: Routledge.

NIMKAR, Ruta. (2009) From Bosnia to Baghdad the Case For regulating Private Military and Security Companies. **Journal of Public & International Affairs**, 20: 1-26.

ONU. (1999) **Resolução 1244**, publicado em un.org [https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/172/89/PDF/N9917289.pdf?OpenElement]. Disponibilidade: 11/01/2019.

\_\_\_\_\_. (2000) **Regulation 2000/33 on Licensing of the Security Services Providers in Kosovo and regulation of their employees**, publicado em un.org [http://www.unmikonline.org/regulations/2000/re2000\_33.html.]. Disponibilidade: 19/01/2019.

\_\_\_\_\_. (2002) United Nations Interim Administration Mission in Kosovo **Regulation 2002/12 on the Establishment of The Kosovo Trust Agency**, publicado em un.org [http://www.unmikonline.org/regulations/unmikgazette/02english/E2002regs/RE2002\_12.pdf]. Disponibilidade: 15/04/2019.

\_\_\_\_\_. (2007) **Report of the Special Envoy of the Secretary-General on Kosovo's Future Status**, publicado em un.org [https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/

%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Kosovo%20S2007%20168.pdf]. Disponibilidade: 21/07/2019.

\_\_\_\_\_. (2008) **Security Council Presidential Statement Emphasizes Security Sector Reform Essential Element of Post-Conflict Stabilization, Reconstruction**, publicado em un.org [https://www.un.org/press/en/2008/sc9327.doc.htm]. Disponibilidade: 27/11/2019.

OSCE. (2005) **Police Education and Development Fact Sheet**, publicado em osce.org [https://www.osce.org/kosovo/37595?download=true]. Disponibilidade: 27/08/2019.

PAK. (2010) **Success Stories: Privatization Agency of Kosovo**, publicado em pak.org. [http://www.pak-ks.org/?id=115]. Disponibilidade: 22/07/2019.

QEHAJA, F.; VRAJOLLI, M.; PËTERSHE, S. (2009) **Assessment of Private Security Companies in Kosovo**. Pristina: Kosovar Center for Security Studies.

QEHAJA, F.; VRAJOLLI, M. (2012) **Monitoring and Evaluating the Good Governance in the Kosovo Security Sector**. Pristina: Kosovar Centre for Security Studies.

REPUBLIC OF KOSOVO. (2008a) **Constitution of the Republic of Kosovo**, publicado em [http://www.kryeministri-ks.net/repository/docs/Constitution1Kosovo.pdf]. Disponibilidade: 20/01/2019.

\_\_\_\_\_. (2008b) **Law No. 03/L-067 On the Privatization Agency of Kosovo**, publicado em [https://gzk.rks-gov.net/ActDetail.aspx?ActID=2542]. Disponibilidade: 16/07/2019.

\_\_\_\_\_. (2011) **Law No.04/L –004 on Private Security Companies in Kosovo**, publicado em assembly-kosova.org [http://www.assembly-kosova.org/common/docs/ligjet/Law%20on%20private%20security%20services.pdf]. Disponibilidade: 20/01/2019.

RIINVEST. (2002) **Foreign Direct Investment in Kosova: Policy Environment and Promotional Strategy**, publicado em riinvestment.com [https://www.riinvestinstitute.org/uploads/files/2016/October/17/anglisht1476705589.pdf]. Disponibilidade: 22/07/2019.

\_\_\_\_\_. (2008) **Privatization and Post-Privatization in Kosovo**, publicado em riinvest.com [https://www.riinvestinstitute.org/uploads/files/2016/October/17/english\_en1476702396.pdf]. Disponibilidade: 22/07/2019.

\_\_\_\_\_. (2014) **Business Climate in Kosovo: a Cross regional Perspective**, publicado em riinvest.com [https://www.riinvestinstitute.org/uploads/files/2016/September/23/Business\_Climate\_in\_Kosovo1474619815.pdf]. Disponibilidade: 22/07/2019.

SCHWANDNER-SIEVERS, S. (2013) **Democratisation through Defiance? The Albanian Civil Organization ‘Self Determination’ and International Supervision in Kosovo**. In BOJICIC-DZELILOVIC, V.; KER-LINDSAY, J.; KOSTOVICOVA, D. (eds) **Civil Society and Transitions in the Western Balkans**. Basingstoke: Palgrave.

SEDRA, Mark. (2016) **Security Sector Reform in Conflict-Affected Countries: The Evolution of a Model**. New York: Routledge.

SHEARING, Clifford; STENNING, Philip. (1983) Private Security: Implications for Social Control. **Social Problems**, 30 (5): 493-506.

SHEHU, Nadire; LOKUL, Afrim. (2016) Privatising Socially Owned Enterprises: The Case of Kosovo. **Asian Economic and Financial Review**, 5 (6): 261-276.

SINGER, P. W. (2001-2002) Corporate Warriors: The Rise of the Privatized Military Industry and Its Ramifications for International Security. **International Security**, 26 (3): 186-220

SIRAS. (2018) **Siras Academy Profile**, publicado em sirasacademy.com [<https://sirasacademy.com/profil/?lang=en>]. Disponibilidade: 30/08/2019.

STRATFOR. (1999) **Kosovo Crisis Points Global Realignment**, publicado em Stratfor.com [<https://worldview.stratfor.com/article/kosovo-crisis-points-global-realignment>]. Disponibilidade: 22/07/2019.

TAYLOR, Richard. (2001) Missiles fired from British subs, publicado em theguardian.com [<https://www.theguardian.com/world/2001/oct/08/september11.afghanistan>]. Disponibilidade: 30/08/2019.

TORRES. (2019) **Armed Security Guard Camp Bondsteel Job**, publicado em torresco.com [<https://www.torresco.com/careers/>]. Disponibilidade: 21/07/2019.

UBERTI, Luca; LEMAY-HÉRBERT, Nicolas; DEMUKAJ, Venera. (2014) The Political Economy of Regulation in Post-War Kosovo: Intended and Unintended Consequences of External Actors Involvement. **East European Politics**. 30 (4): 429-435.

WELCH, Anthony. (2014) **Appraising the 2006 Kosovo Internal Security Sector Review**. Publicado em: [<https://secgovcentre.org/2014/06/appraising-the-2006-kosovo-internal-security-sector-review-part-one/>]. Disponibilidade: 16/08/2019.

WELCH, A.; KONDI, S.; STINSON, D.; TANGEN, M. (2006) **Kosovo Internal Security Sector Review**. Pristina: United Nations Development Programme.

ZOGJANI, Nektar; MARKU, Valton. (2017) **The Fate of Employees After Privatization in Kosovo**. Pristina: Instituti Për Kritikë dhe Emancipim.